ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPA: reflexões acerca do contexto dos discentes atendidos pelo auxílio emergencial

Fernanda Campos Nazaré[1]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma breve apresentação da assistência estudantil como uma política social inserida no campo universitário como mecanismo de criar condições de permanência aos estudantes que encontram-se inseridos em realidades que, por vezes, acabam por dificultar, e até impedir, de concluir a graduação. No Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), base deste artigo, o auxílio emergencial tornou-se o foco da pesquisa, visto que o mesmo tem por objetivo acolher os estudantes que estão em condição de risco ou vulnerabilidade social recente e/ou emergente, compreendendo os diversos motivos que cercam a realidades dos alunos, onde se faz necessário criar políticas que atendam tais demandas e garantam a permanência e conclusão no espaço universitário.

Palavras-chave: Educação Superior; Assistência Estudantil; UFPA.

ABSTRACT

This article aims to make a brief presentation of student assistance as a social policy inserted in the university field as a mechanism to create conditions for the permanence of students who are inserted in realities that sometimes end up hindering, and even preventing, to complete graduation. In the Course Conclusion Work (TCC), which is the basis of this article, emergency aid became the focus of the research, as it aims to welcome students who are at risk or in recent and/or emerging social vulnerability, understanding the various reasons that surround the realities of students, where it is necessary to create policies that meet such demands and ensure permanence and completion in the university space.

Keywords: College education; Student Assistance; UFPA.

[1] Assistente Social; Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará - UFPA; E-mail: camposfernanda999@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, desde o chamado descobrimento do país, vivencia transformações que estabelecem as relações sociais mantidas atualmente, este processo que constantemente configuram a conjuntura vivida no Brasil é marcado pela luta e resistência de homens e mulheres que buscam garantir direitos que atendam as necessidades sociais básicas de todos os brasileiros. As políticas e serviços foram criados para atender tais demandas conforme as necessidades dos grupos sociais.

A educação, como um dos direitos sociais, necessita ser garantida e assegurada visando não somente qualificação para o mercado de trabalho, mas bem como mecanismo de autoconhecimento e desenvolvimento do ser humano como ser social. O ensino superior como nível de formação que exige do estudante o ensino médio e garante, após a conclusão, o título de bacharel ou licenciado em um curso de graduação que permite atuar em áreas específicas de sua qualificação. Neste, assim como em outros níveis de ensino, requer demandas das quais precisam ser atendidas para que todos desempenhem e desenvolvam suas habilidades.

A Assistência Estudantil nas universidades públicas visa dar apoio aos estudantes que encontram-se em dificuldades para permanecerem na instituição de ensino, seja por motivos financeiros, seja por questões pedagógicas/acadêmicas, problemas familiares e pessoais, e mais recentemente, situações de adoecimento mental. Desde de 2010 entrou em vigor o Decreto nº 7.234 que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, entendendo que a assistência estudantil é parte do processo de luta para garantir o direito à educação a todos, que deve ser assegurado em sua totalidade - acesso, permanência e conclusão.

É neste sentido, que este estudo se desenvolveu, a fim compreender a assistência estudantil na universidade, seus objetivos e os resultados na vida dos estudantes. O presente artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que objetivou analisar o contexto socioeconômico dos alunos atendidos pelo Auxílio Emergencial da Universidade Federal do Pará (UFPA), observando assim que a assistência estudantil tornou-se mecanismo de resistência para a permanência dos discentes na graduação.

Em um primeiro momento será abordado a educação como política social, com enfoque para o ensino superior e os aspectos importantes para a efetivação desta política para garantir tal direito social, em seguida será apresentado, de forma breve, o Programa Nacional de Assistência Estudantil, observando-o a das ações desenvolvidas na UFPA, e por fim, os resultados obtidos na pesquisa serão expostos, buscando compreender o impacto do auxílio aos estudantes atendidos.

2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO POLÍTICA SOCIAL

As políticas sociais surgem como mecanismos para atender as demandas da população, onde normas, leis e políticas são implementadas no sentido de concretizar o conceito de cidadania ampliada a todos (PEREIRA, 2011).

Segundo Backx (2013), a educação enquanto política social constitui-se com a promulgação da Constituição de 1988 que começa a pautar-se sob ótica do Estado capitalista que se desenvolve em dois níveis: em uma fase monopolista do sistema, em sentido amplo e geral, colocando a educação em dois opostos, de um lado o desenvolvimento das forças produtivas, do outro o atendimento das necessidades de acesso aos estudos produzidos. Em um nível particular, a educação é vista a partir da formação social de uma política efetiva, que carrega, historicamente, o peso de apenas uma pequena parte da população possuir privilégios e direitos.

A educação sofre ataques para a retirada e sucateamento deste direito na esfera pública, o que gera um movimento forte de crescimento da educação no sistema privado, ou seja, a educação de qualidade passa a ser ofertada somente aqueles que possuíam meios de arcar com as despesas (BACKX, 2013).

A educação como direito social de responsabilidade do Estado garantir a todo cidadão, além de criar políticas que atendam as demandas da comunidade escolar, é necessário criar mecanismos de gerenciamento e administração das diretrizes para uma educação pública de qualidade e gratuita. Entendendo assim que a educação proporciona além de conhecimento profissional e intelectual que possibilita o exercício de uma atividade laboral e atuar no mercado de trabalho, mas também contribui para a formação pessoal, autoconhecimento e protagonismo social.

O ensino superior, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) fundamenta-se na estimulação da cultura, ciência e do pensamento crítico, incentivando atividades de pesquisa e investigação nas diversas áreas de conhecimento, permitindo a formação de profissionais e pesquisadores comprometidos em buscar respostas para as demandas da realidade social. No ensino superior é possível a troca de experiências e conhecimentos entre os alunos, professores/pesquisadores e a comunidade através dos programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pelas instituições de ensino (BRASIL, 2017).

A realidade que se constitui no Brasil atualmente, principalmente a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 95 que impõe um "Novo Regime Fiscal" que limita os gastos com as despesas públicas - em particular para áreas sociais como saúde, educação, saneamento básico por um período de 20 anos, minimizando a intervenção do Estado nas esferas sociais.

Os recursos destinados para a área da educação tem sofridos retrocessos significativos, o que tem provocado a instabilidade de execução de programas e projetos educacionais, no ensino superior, o congelamento dos recursos dificulta e restringe o desenvolvimento das atividades propostas nas universidades tanto para o aprendizado e formação dos estudantes quanto para atender as demandas da comunidade externa.

Visto que a realidade de perdas e retrocessos impacta diretamente as atividades as universidades e assim a vidas dos membros das mesmas, é pertinente compreender de que formas tais circunstâncias têm comprometidos a efetivação das políticas educacionais aos estudantes, principalmente, no que se refere às ações voltadas à educação superior, em especial, analisar os projetos e ações de assistência estudantil.

3 PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) E AS AÇÕES DE GARANTIA À PERMANÊNCIA NA UFPA

A realidade do ensino superior, em particular da região amazônica, requer um aprofundamento da compreensão da conjuntura que permeia a construção histórica e cultural vivida por essa região do Brasil, buscando apreender os rebatimentos e as crises do processo de transformações societárias e/ou retrocessos sociais vividos na região e no país.

Diante dessa conjuntura, buscando dar assistência àqueles que encontram-se em situação de vulnerabilidade ou risco social e criar oportunidades de permanência e conclusão no ensino superior, em 2010 é regulamentado por meio do Decreto n° 7.234 o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este Programa tem por objetivo central assegurar igualdade de oportunidade aos estudantes do ensino superior, minimizando o elevado índice de dependência ou evasão universitária, possibilitando aos estudantes aprendizado e melhor aproveitamento acadêmico.

> A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula (VASCONCELOS, 2010, p. 406).

O PNAES, em síntese, tem por objetivo a democratização nas condições de permanência dentro da Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), minimizar as desigualdades sociais e regionais, reduzir as taxas de retenção e evasão universitária, contribuindo para a efetivação do direito à educação.

A Universidade Federal do Pará (UFPA), como instituição pública de ensino e como instituição social exprime de maneira a determinar a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo (CHAUÍ, 2001), e inserida, em especial, em uma região que possui demandas particulares, enfrenta desafios que implicam não somente na entrada dos alunos na universidade, mas também na permanência destes na instituição.

As primeiras ações da UFPA voltadas à assistência estudantil surgem em 2007 quando é criada a Diretoria de Assistência e Integração Estudantil (extinta DAIE) ligada à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da universidade. A DAIE voltou suas

atividades na assistência em moradia, alimentação, saúde, inclusão digital, transporte, esporte, cultura, apoio pedagógico e creche a estudantes que encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Em 2017, após a crescente demanda estudantil, é instituída a Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), órgão responsável por elaborar, executar, avaliar e monitorar as atividades desenvolvidas na universidade no âmbito da assistência estudantil. A SAEST passou a ser regulamentada na UFPA pela Resolução nº 763 do Conselho Universitário (CONSUN), que a determina como:

> [...] o órgão responsável pela definição de políticas e elaboração de metas para a assistência estudantil, em consonância com as diretrizes nacionais, cabendo-lhe a coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades referentes às políticas de assistência, integração e inclusão do discente, em articulação com as unidades acadêmicas, tendo em vista sua permanência com sucesso na UFPA (UFPA, 2017).

A SAEST é estruturada em uma Secretaria Executiva; Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE); Coordenadoria de Integração Estudantil (CIE);Coordenadoria de Acessibilidade (COACESS) e a Diretoria de Serviços de Alimentação Estudantil (DSAE). Essa estruturação visa melhor desempenhar as ações e serviços de assistência estudantil.

Ainda segundo a Resolução nº 763, as políticas de assistência se determinam a partir do cumprimento e gerenciamento dos auxílios ofertados aos alunos de modo direto (auxílios de cunho financeiro) e indireto (na prestação de serviços), entendendo que este conjunto de ações são necessários para dar condições de permanência aos estudantes, partindo da compreensão que a assistência estudantil é um direito social. (UFPA, 2017).

4 UMA BREVE ANÁLISE DO AUXÍLIO EMERGENCIAL PARA OS DISCENTES ATENDIDOS

O Auxílio Emergencial é um benefício concedido pela SAEST associado a diversos outros auxílios. O auxílio emergencial se regulamenta a partir de uma

Instrução Normativa (IN) elaborada pela SAEST a cada ano, neste trabalho a IN que se refere ao auxílio emergencial é a de nº 07 de 1 de abril de 2019. Neste consta que o mesmo deve ser concedido ao estudante que encontra-se em situação de "extrema vulnerabilidade socioeconômica e/ou risco social, que por alguma questão recente e/ou emergente apresente dificuldades financeiras para custear despesas de permanência na UFPA" (UFPA, 2019, p. 1).

Este artigo advém do trabalho de conclusão de curso que teve por objetivo a análise do auxílio emergencial dentro da política de assistência estudantil da UFPA, em especial, no campus de Belém, buscando compreender o contexto socioeconômico que interfere a permanência dos discentes na graduação.

De forma breve, irei abordar dois aspectos principais apresentados no trabalho original, o primeiro se refere em estudar o contexto socioeconômico dos discentes, em particular os estudantes atendidos pelo auxílio emergencial. A compreensão do cenário em que estão inseridos os universitários torna possível observar as principais dificuldades encontradas por estes que influenciam na permanência dentro da universidade.

Os dados no quadro a seguir foram apresentados para expor as dificuldades relatadas pelos próprios alunos entrevistados na pesquisa:

Quadro 01 - Dificuldades dos Discentes Entrevistados na Pesquisa

Fonte: Sistematizado pela autora (2019).

Os dados apresentados acima despertam uma reflexão para entendimento de que a realidade vivida fora da universidade implica de forma significativa no meio acadêmico, e esta vivência não é somente uma particularidade dos alunos da UFPA, mas uma realidade nacional. As dificuldades financeiras e, ultimamente, problemas relacionados à saúde mental têm sido grandes desafios enfrentados pelos alunos.

As dificuldades interferem no desempenho universitário, e para pesquisadores da temática, os aspectos que cercam e formam esses desafios referem-se ao que chamam de um fenômeno complexo e multicausal. Neste entendimento, questões pessoais, institucionais, sociodemográficas e aspectos pedagógicos fazem parte de uma lista de componentes que impactam na produtividade e rendimentos dos estudantes (ROCHA; LELES; QUEIROZ, 2018).

Neste contexto, Barreto (2003, p. 58) afirma que a assistência estudantil "assume caráter de direito de cidadania, no sentido de prover o mínimo necessário ao exercício do direito à educação, saúde, moradia, alimentação, etc", e isto nos traz a reflexão de pensar a educação de forma ampla e geral, não somente no acesso, mas também permanência e conclusão.

E corroborando com o pensamento da autora acima, o outro aspecto abordado na pesquisa é a contribuição da assistência estudantil na realidade dos alunos, para os estudantes, a assistência estudantil, em particular, o auxílio emergencial contribuiu de forma positiva nas condições de permanência na universidade. Para Kowalski (2012, p.155), a "assistência estudantil como uma política de educação deve se voltar não apenas para as questões de ordem econômica, [...], mas também devem ser destinadas aos aspectos sociais, pedagógicos e psicológicos", e assim se compreende que as ações da assistência estudantil criam possibilidades de condições igualitárias e equânimes aos estudantes durante sua vivência acadêmica.

A assistência estudantil, inserida nas contradições existentes no sistema de produção que impera não somente no país, mas no mundo todo - o modo de produção capitalista - se volta em planejar, executar e avaliar ações, serviços, programas e projetos de assistência aos estudantes visando que estes tenham o direito à educação garantindo de forma efetiva, partindo da compreensão que as políticas sociais tornam-

se instrumentos para assegurar os direitos dos sujeitos sociais, mesmo que por vezes sejam utilizadas somente como mecanismos de controle por parte da gestão de governo.

5 CONCLUSÃO

O presente artigo propôs fazer uma breve análise da importância da assistência estudantil como mecanismo de assegurar condições de permanência dos estudantes através das ações planejadas e desenvolvidas dentro e fora do âmbito universitário.

Debater sobre as ações de assistência estudantil mostra-se uma reflexão necessária e urgente no que tange ponderar sobre a garantia do educação, pois se entende que para além do ingresso nas instituições de ensino é de extrema importância assegurar o direito de permanecer e concluir, de forma exitosa, o nível educacional em que se encontre o aluno, no caso do ensino superior, que o estudante conclua a graduação.

A realidade histórica, social e cultural que cerca a universidade, seus alunos, professores, funcionários e a comunidade em seu entorno não deve ser excluída, entendendo que a instituição acolhe as mais diversas realidades sociais que emergem os grupos sociais, que encontram dentro do espaço universitário formas de mudarem a marginalização em que a própria sociedade os colocou.

É necessário compreender a assistência estudantil como direito social que deve ser assegurado a todos, pensando a educação em sua totalidade: acesso, permanência e conclusão. A assistência estudantil como política social assume a função de planejar e executar ações que atendam as demandas estudantis, sejam elas pedagógicas, financeiras, sociais e de bem estar, criando assim condições equânimes de assistência aos estudantes e suas realidades.

Como bem exposto neste trabalho, a educação enquanto direito social, onde a mesma deve ser garantida a todos, possibilitando aos que dela usufruem um caminho de escolhas e oportunidades para ser protagonista de sua própria história. A assistência estudantil é vista como esse caminho de condições dentro da universidade, criando meios de garantir que o estudante tenha êxito em sua vivência acadêmica. Neste estudo, em específico, o auxílio emergencial atende as

necessidades dos alunos que deste recorrem, entendendo a complexidade da realidade dentro e fora da universidade.

Desta forma, conclui-se que a reflexão acerca da assistência deve ser pensada para além de seu planejamento e execução em si, mas deve ser analisada e avaliada a partir de sua efetividade para a realidade estudantil, ponderando a conjuntura vivenciada e as várias relações sociais que produzem e reproduzem no contexto de conflitos e interesses particulares e coletivos.

REFERÊNCIAS

BACKX, Sheila. **O serviço social na educação.** In: REZENDE, Ilma e CAVALCANTI, Ludimila Fontele (Orgs). Serviço social e políticas sociais. 4 ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2013.

BRASIL. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Decreto no 19.851 de 11 de Abril de 1931. Estatuto das Universidades.** Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-19 31-505837-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 05 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto no 7.234 de 19 de Julho de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 06 dez. 2018.

BRASIL, **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Lei no 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 14 abr. 2019.

BRASIL. **Lei no 12.711 de 29 de agosto de 2012.** Disponível em: http://www.comprov.ufcg.edu.br/files/Vestibulares/2018/2018.2/Lei%2012711%20de%2029%20de%20Agosto%20de2012.pdf. Acessado em: 29 abr. 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Assistência Estudantil. 2007**. Disponível em: www.andifes.org.br/.../Biblioteca_071_. Acesso em: 07 dez. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Escrito sobre a universidade**. Editora UNESP, São Paulo, 2001.

BARRETO, Walewska Faria Alcântara. **O Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica como Estratégia da Política de Assistência ao Estudante na UFPA**. Dissertação (Mestrado) Mestrado em Serviço Social, UFPE, 2003.

KOWALSHI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** Tese (Doutorado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social. PUCRS, 2012).

NAZARÉ, Fernanda Campos. **Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise do contexto socioeconômico dos discentes atendidos pelo Auxílio Emergencial na UFPA**. UFPA, 2019.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social: temas & questões**. 3. Ed, Cortez, São Paulo, 2011.

ROCHA, Aline Lemes da Paixão; LELES, Claudio Rodrigues e QUEIROZ, Maria Goretti. **Fatores associados ao desempenho acadêmico de estudantes de Nutrição no Enade**. Rev. bras. Estud. pedagog., Brasília, v. 99, n. 251, p. 74-94, jan./abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Universitário – CONSUN. **Resolução nº 762 de 20 de Outubro de 2017**. UFPA, 2017. Disponível em: http://www.ufpa.br/sege/consun.html. Acesso em: 09 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Instrução Normativa SAEST/UFPA Nº. 07, de 01 de abril de 2019**. CONSUN UFPA, Belém, 2019.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil**. Revista da Católica: v. 2, Uberlândia, 2010.